



GRUPO PARLAMENTAR

Exma. Senhora
Presidente da Comissão de Orçamento,
Finanças e Modernização Administrativa
Deputada Teresa Leal Coelho

Assunto: Audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais sobre a política fiscal do Governo relativamente aos combustíveis

No início de 2016, o Governo do Partido Socialista procedeu a um dos maiores aumentos do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) de que há memória, no valor de seis cêntimos, o qual, somado ao correspondente Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), se traduziu, de uma assentada, num aumento global de cerca de 7,4 cêntimos sobre o preço do gasóleo e da gasolina.

Este aumento, concretizado, com valores superiores aos inicialmente avançados, através da Portaria n.º 24-A/2016, de 11 de fevereiro, visava sobretudo, segundo o Governo, compensar a quebra de receita do IVA decorrente da diminuição da cotação internacional dos combustíveis.

Com efeito, o Governo apresentou o aumento do ISP como uma medida de “neutralidade fiscal” que permitiria ao Estado repor a receita fiscal proveniente do somatório do ISP e do IVA sobre os combustíveis a um nível equivalente ao de julho de 2015, mês em que os preços de gasolina e gasóleo atingiram o valor mais elevado do ano.

O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais chegou mesmo a admitir a possibilidade de voltar a aumentar o ISP, caso houvesse nova redução significativa do preço dos combustíveis, bem como a aliviar o imposto se o preço dos combustíveis aumentasse.

No entanto, a tendência de evolução do preço dos combustíveis inverteu-se e, no final de março, pressionado pelas empresas de transportes, o Governo anunciou a revisão trimestral do valor do imposto “em função da variação do preço base dos produtos petrolíferos”.



GRUPO PARLAMENTAR

Assim, em maio, o ISP foi reduzido em um cêntimo no gasóleo e um cêntimo na gasolina, em agosto não houve alteração no imposto e em novembro o ISP sobre a gasolina manteve-se inalterado e sobre o gasóleo foi reduzido em um cêntimo adicional.

Quando se esperava que ocorresse uma nova revisão do imposto neste mês de fevereiro, uma nota do Ministério das Finanças veio esclarecer que o compromisso assumido com os portugueses em março último era válido apenas para 2016 e que no corrente ano não existirão revisões do ISP.

Tal facto é tanto mais surpreendente quanto o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais havia assumido o compromisso de baixar o imposto caso o preço dos combustíveis aumentasse, tendência que tem vindo a verificar-se.

Acresce que a 1 de janeiro último o Governo procedeu a mais um aumento do ISP sobre o gasóleo, desta vez no valor de dois cêntimos por litro, por contrapartida de uma diminuição de igual montante do ISP sobre a gasolina (Portaria n.º 345-C/2016, de 30 de dezembro).

Neste contexto, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do PSD vêm requerer a audição urgente do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, para prestar esclarecimentos sobre a política fiscal do Governo relativamente aos combustíveis.

Assembleia da República, 21 de fevereiro de 2017

Os Deputados,

António Leitão Amaro

Duarte Pacheco